



2021

RELATÓRIO E CONTAS

**CASA DO POVO
DE
ALQUEIDÃO DA SERRA**

31 DE DEZEMBRO DE 2021

CASA DO POVO DE ALQUEIDÃO DA SERRA
INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
NIF: 50 1 358 463
SEDE: RUA DE SÃO JOSÉ
ALQUEIDÃO DA SERRA
CONSTITUÍDA EM 1983

ÍNDICE

Índice.....	1
Relatório de Gestão	3
Preâmbulo.....	3
Entidade	3
Análise da Entidade.....	3
A evolução da gestão: Investimentos	4
A evolução da gestão: Análise económico-financeira	4
A evolução da gestão: Recursos humanos.....	8
Considerações finais	8
Acontecimentos após a data do balanço.....	8
Proposta de aplicação dos resultados	8
Balanço nos períodos de 2020 e 2021	10
Demonstração dos resultados por naturezas nos períodos de 2020 e 2021	11
Demonstração dos fluxos de caixa nos períodos de 2020 e 2021	12
1. Identificação da entidade	13
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	13
3. Principais políticas contabilísticas.....	14
3.1 – Bases de apresentação.....	14
3.1.1. – Continuidade.....	14
3.1.2. – Regime de periodização económica	14
3.1.3. – Consistência de apresentação	14
3.1.4. – Materialidade e agregação	15
3.1.5. – Compensação.....	15
3.1.6. – Informação comparativa.....	15

3.2	– Políticas de reconhecimento e mensuração	15
4.	Fluxos de caixa	20
5.	Vendas e prestações de serviços	21
6.	Subsídios à exploração.....	21
7.	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	22
8.	Fornecimentos e serviços externos	23
9.	Gastos com o pessoal.....	24
10.	Outros rendimentos.....	24
11.	Outros gastos	24
12.	Gastos/reversões de depreciação e amortização.....	25
13.	Juros e gastos similares suportados.....	25
14.	Ativos fixos tangíveis.....	26
15.	Investimentos financeiros.....	26
16.	Outros créditos e ativos não correntes.....	27
17.	Créditos a receber	27
18.	Diferimentos	27
19.	Caixa e depósitos bancários.....	27
20.	Fundos patrimoniais.....	28
21.	Financiamentos obtidos.....	28
22.	Fornecedores	28
23.	Estado e outros entes públicos	29
24.	Outros passivos correntes.....	29
25.	Acontecimentos após a data do balanço.....	30
26.	Data de autorização para emissão.....	30
27.	Outras informações.....	30

RELATÓRIO DE GESTÃO

Com referência a 31 de dezembro de 2021.

Preâmbulo

Vem a Direção apresentar o Relatório de Gestão e Contas da Casa do Povo de Alqueidão da Serra relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e que compreendem, nomeadamente:

- Relatório de gestão;
- Balanço;
- Demonstração dos resultados por naturezas;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo.

Entidade

A Casa do Povo de Alqueidão da Serra é uma instituição sem fins lucrativos, fundada em 1983 constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social e tem como principal objetivo o apoio social de idosos.

Análise da Entidade

Tendo em conta a atual conjuntura económica geral, a Direção analisou de forma consciente o papel da instituição nas respostas comunitárias, assegurando o seu normal funcionamento, não só nas necessidades da instituição, mas também assumindo a sua responsabilidade social a nível local.

Foram reforçadas parcerias com diversas entidades oficiais, nomeadamente Segurança Social, Município de Porto de Mós, Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra entre outras, com vista à obtenção de apoios financeiros, cedência de equipamentos, meios técnicos e logísticos, para rentabilizar e desenvolver projetos e ações.

A instituição conta ainda com o apoio e carinho já demonstrado pela população e empresas da freguesia, sendo caracterizada como uma mais-valia para a população.

A Casa do Povo de Alqueidão da Serra presta serviços de apoio social a idosos, tendo como valências o Apoio Domiciliário e Centro de Dia. Neste momento conta com 45 utentes no Apoio Domiciliário e 14 utentes no Centro de Dia. No Apoio Domiciliário foi objetivo prestar os melhores serviços de acompanhamento e apoio aos utentes. Esta valência inclui o fornecimento de refeições, a higiene pessoal, o tratamento de roupas, limpeza do domicílio, entre outros serviços que estejam ao alcance da instituição.

No Centro de Dia são desenvolvidas atividades ocupacionais e entretenimento para os utentes, tais como sessões de ginástica, animações culturais e musicais, utilização de meios informáticos, passeio, etc.

A evolução da gestão: Investimentos

Foram feitos os investimentos necessários ao normal funcionamento da Entidade, mais especificamente em 2020 foi investido em Edifícios e Outras Construções o montante de 17.617,00 €.

O investimento efetuado no ano 2020 é referente à substituição dos aluminios no edificio da Casa do Povo.

Em 2021 não foram realizados investimentos.

A evolução da gestão: Análise económico-financeira

A situação financeira da Entidade evoluiu da seguinte forma:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2021		2020	
Ativo não corrente	525 371,28	81 %	544 858,78	86 %
Ativo corrente	121 438,64	19 %	90 176,83	14 %
Total ativo	646 809,92		635 035,61	

RUBRICAS	2021		2020	
Fundos Patrimoniais	597 271,76	92 %	583 821,21	92 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	49 538,16	8 %	51 214,40	8 %
Total Capital Próprio e Passivo	646 809,92		635 035,61	

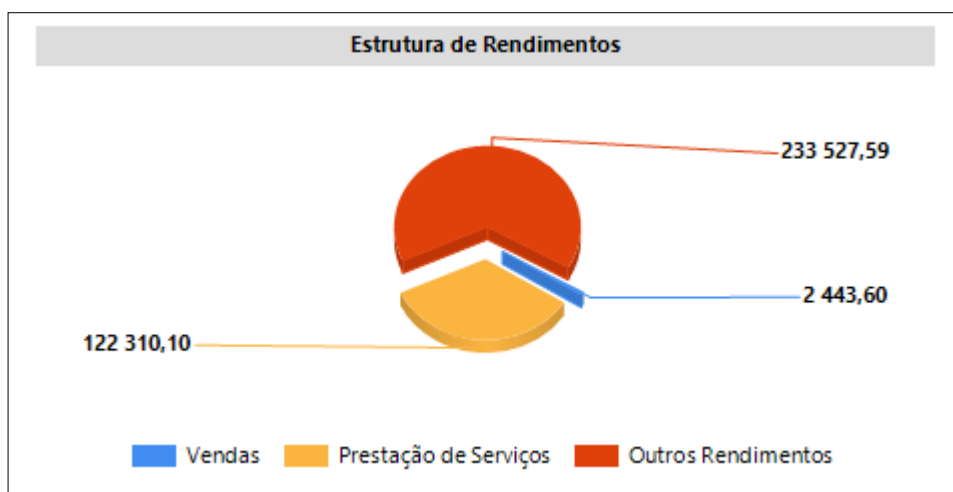
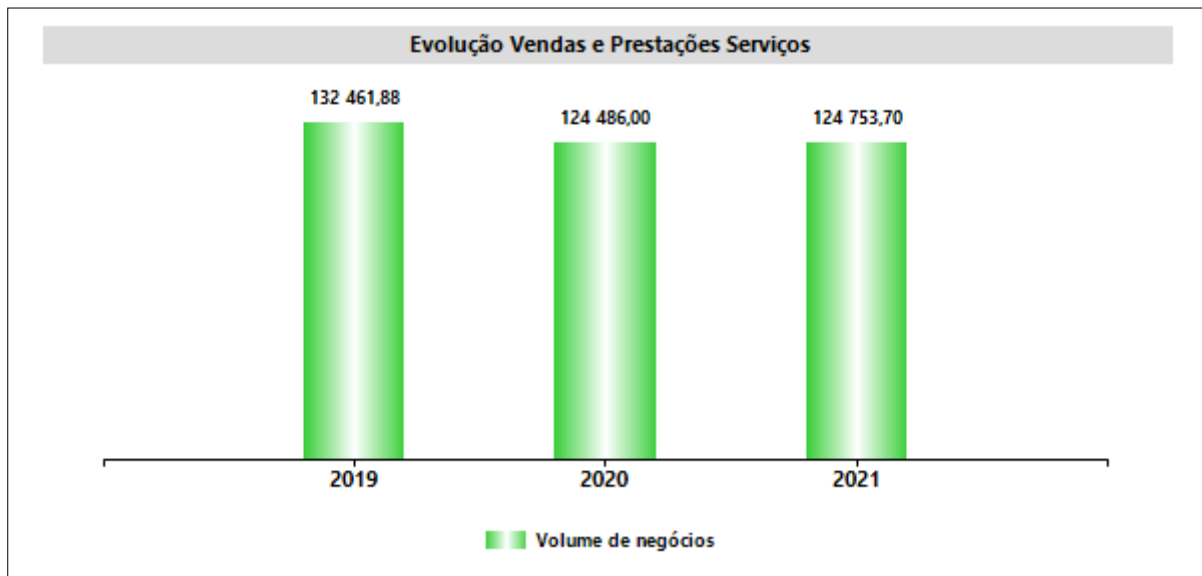
O ativo apresentou em 2021, um aumento de 1,85 % ascendendo no final do exercício a 646 809,92 euros. Para esta variação, contribuiu o aumento da rubrica “Caixa e depósitos bancários”.

O passivo, no montante de 49 538,16 euros, registou uma diminuição de cerca de 3,00 %, comparativamente ao exercício anterior.

O fundo patrimonial ascendia a 597.271,76 euros, registando um ligeiro acréscimo comparativamente com o ano anterior.

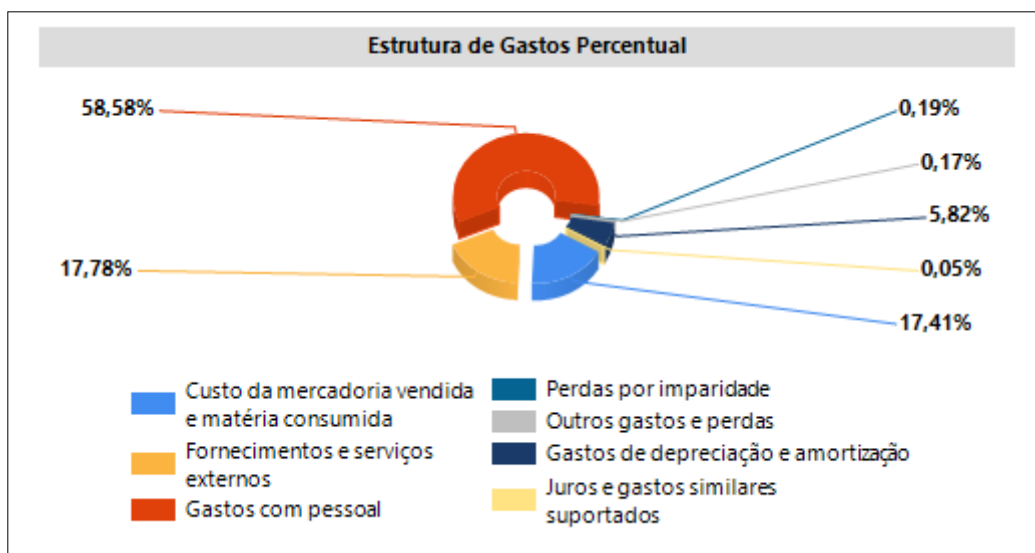
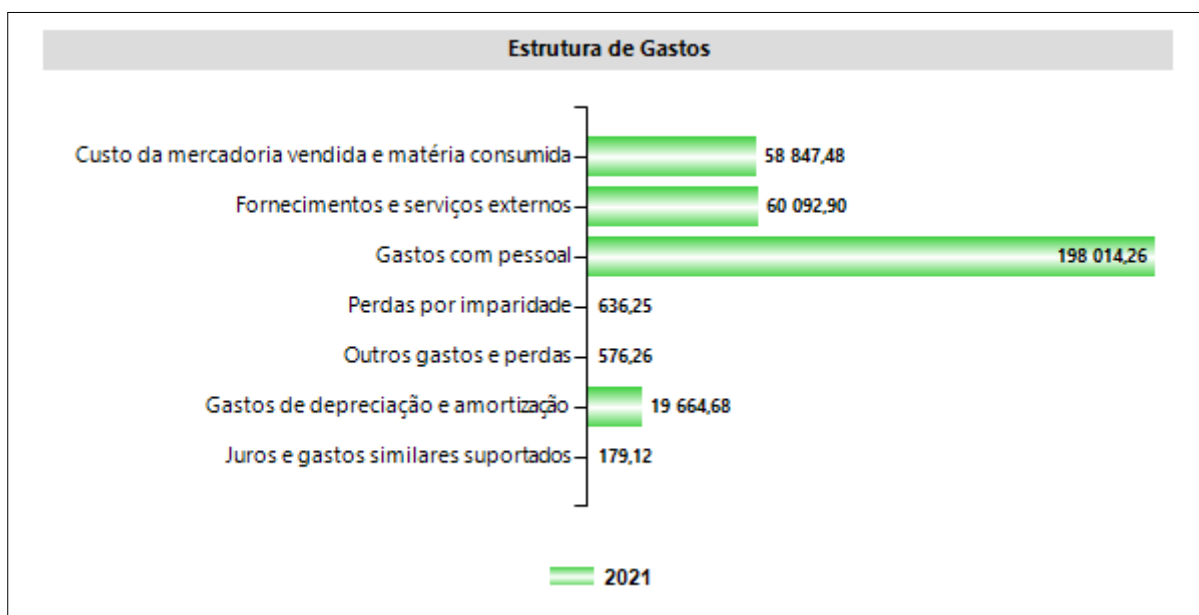
Rendimentos

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



Os rendimentos tiveram uma ligeira redução, ascendendo no final do exercício a 358.281,29 euros.

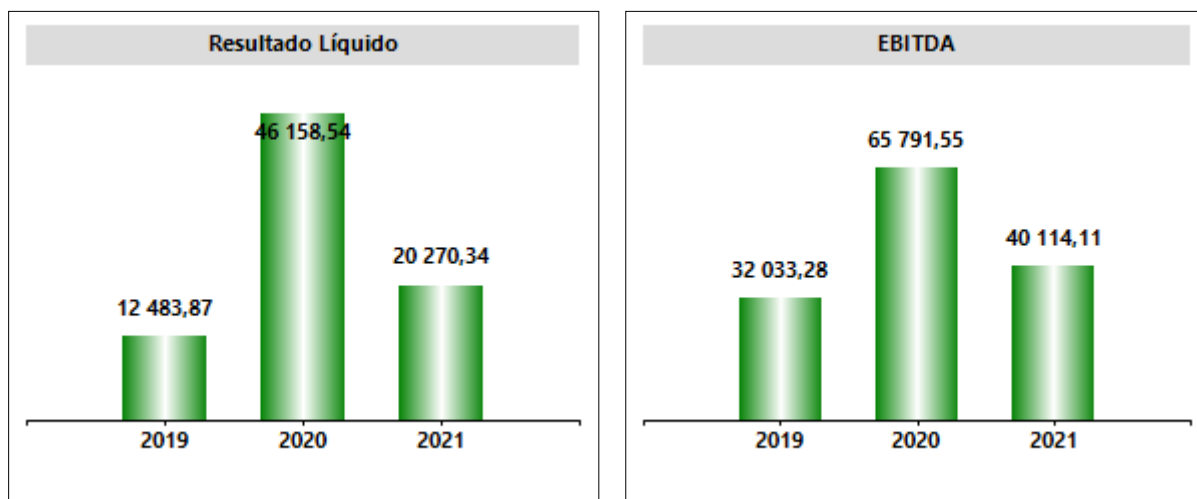
Gastos



Os gastos globais ascenderam a 338.010,95 euros, apresentando um acréscimo de cerca de 4% comparativamente ao exercício anterior. De referir que este acréscimo está na sua grande parte relacionado com o acréscimo da rubrica “Fornecimentos e serviços externos” face a 2020.

Resultados

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



De 2020 para 2021, o resultado líquido do exercício, registou uma diminuição, totalizando 20.270,34 euros.

Rácios

	PERIODOS		
	2021	2020	2019
Excedente Bruto de Exploração	40 750,36	66 177,80	32 419,53
Meios Libertos Brutos	44 205,22	59 094,38	37 509,66
Cash-Flow Operacional / Result. Operacional	1,85	1,58	2,58
Autofinanciamento	40 571,27	65 769,01	31 830,29
Autonomia Financeira	92%	92%	90%
Endividamento	8%	8%	10%
Liquidez Geral	2,45	1,76	0,63
Valor Bruto de Produção (VBP)	342 164,37	346 519,34	302 934,63
Consumos Intermediários (C)	118 940,38	106 242,90	103 889,60
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	223 223,99	240 276,44	199 045,03

A evolução da gestão: Recursos humanos

Em termos globais, o número de efetivos em 2021 manteve-se face ao exercício anterior, tendo os gastos com o pessoal totalizado 198.014,26 euros, tal como se poderá observar no quadro abaixo:

RUBRICAS	PERIODOS		
	2021	2020	2019
Gastos com Pessoal	198 014,26 €	197 617,25 €	181 645,84 €
Nº Médio de Pessoas	15,00	15,00	14,00
Gasto Médio por Pessoa	13.200,95 €	13.174,48 €	12.974,70 €

Considerações finais

Ciente dos constrangimentos e obstáculos criados pela situação económica atual, a Direção conta com o apoio imprescindível do Estado, da Segurança Social, bem como do Município de Porto de Mós, Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra, associados, empresas da região e particulares.

Apesar do período conturbado e economicamente difícil para todos, temos de reconhecer que continuamos a sentir um grande apoio e solidariedade da população.

A nossa firme convicção passa por desenvolver todos os esforços no sentido de garantir a sua responsabilidade social. Congratulamo-nos, com as colaborações recebidas ao longo do exercício, e bem assim, queremos manifestar o nosso profundo reconhecimento aos nossos estimados associados, fornecedores, clientes, à banca, ao Fundo de Restruturação do Setor Solidário, bem como a todos os demais colaboradores, pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental para o desenvolvimento da Entidade.

Acontecimentos após a data do balanço

Não se verificaram acontecimentos após a data do balanço com impacto nas Demonstrações Financeiras. Na presente data a Entidade tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social e Estado.

Proposta de aplicação dos resultados

O resultado líquido apurado no exercício foi de 20.270,34 euros (vinte mil duzentos e setenta euros e trinta e quatro centimos). Propomos à consideração da Assembleia Geral que aos resultados seja dada a seguinte aplicação:

- Resultados transitados: 20.270,34 euros

Alqueidão da Serra, 28 de março de 2022

(A Direção)

BALANÇO NOS PERÍODOS DE 2020 E 2021

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	14	524 193,83	543 858,51
Investimentos financeiros	15	500,00	500,00
Outros créditos e ativos não correntes	15	677,45	500,27
		525 371,28	544 858,78
Ativo corrente			
Inventários	7	555,28	574,43
Créditos a receber	17	5 975,97	5 102,14
Estado e outros entes públicos	23	235,00	1 817,00
Diferimentos	18	1 635,69	3 246,09
Caixa e depósitos bancários	19	113 036,70	79 437,17
		121 438,64	90 176,83
Total do ativo		646 809,92	635 035,61
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	20	4 658,64	4 658,64
Reservas		362 917,12	316 758,58
Resultados transitados		44 251,92	44 251,92
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		165 173,74	171 993,53
Resultado líquido do período		20 270,34	46 158,54
Total dos fundos patrimoniais		597 271,76	583 821,21
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	22	10 649,04	13 227,34
Estado e outros entes públicos	23	9 140,02	6 812,59
Financiamentos obtidos	21		2 843,38
Outros passivos correntes	24	29 749,10	28 331,09
		49 538,16	51 214,40
Total do passivo		49 538,16	51 214,40
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		646 809,92	635 035,61

A Direção

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NOS PERÍODOS DE 2020 E 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	5	124 753,70	124 486,00
Subsídios, doações e legados à exploração	6	216 120,79	220 743,46
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	(58 847,48)	(55 755,71)
Fornecimentos e serviços externos	8	(60 092,90)	(50 487,19)
Gastos com o pessoal	9	(198 014,26)	(197 617,25)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(636,25)	(386,25)
Outros rendimentos	10	17 406,77	25 017,45
Outros gastos	11	(576,26)	(208,88)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		40 114,11	65 791,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12	(19 664,68)	(19 224,22)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		20 449,43	46 567,42
Juros e rendimentos similares obtidos	10	0,03	
Juros e gastos similares suportados	13	(179,12)	(408,88)
Resultado antes de impostos		20 270,34	46 158,54
Resultado líquido do período		20 270,34	46 158,54

A Direção

Contabilista Certificado

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NOS PERÍODOS DE 2020 E 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		123 335,82	125 204,00
Pagamentos a fornecedores		119 839,63	112 077,15
Pagamentos ao pessoal		194 368,29	197 123,56
Caixa gerada pelas operações		(190 872,10)	(183 996,71)
Outros recebimentos/pagamentos		224 797,11	252 984,53
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		33 925,01	68 987,82
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>			17 617,00
<i>Investimentos financeiros</i>		177,18	172,33
Recebimentos provenientes de:			
<i>Subsídios ao investimento</i>		2 874,20	2 874,20
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		2 697,02	(14 915,13)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		2 843,38	4 108,56
<i>Juros e gastos similares</i>		179,12	408,87
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(3 022,50)	(4 517,43)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		33 599,53	49 555,26
Caixa e seus equivalentes no início do período		79 437,17	29 881,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		113 036,70	79 437,17

Anexo às demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Casa do Povo de Alqueidão da Serra

Sede social: Rua de São José - Alqueidão da Serra

Endereço eletrónico: geral@cpaserra.org

Página da internet: www.cpaserra.org

Natureza da atividade: Outras atividades associativas, n.e.

Tem como atividade principal o apoio social onde são prestados serviços nas valências de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Centro de Convívio.

As notas que se seguem são apresentadas em Euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Entidade, ou respeitam a fatos ou situações não materialmente relevantes, ou por não se terem verificado durante o exercício em causa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas “Credores por acréscimos de gastos”.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 – Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. – Regime de periodização económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3. – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. – Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. – Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração

Ativos fixos tangíveis

Os “Ativos fixos tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis:

Edifícios e outras construções:	50 anos
Equipamento básico:	4-6 anos
Equipamento de transporte:	5 anos
Equipamento administrativo:	3-6 anos
Outros ativos fixos tangíveis:	3-6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Investimentos financeiros

Os “Investimentos financeiros” encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos, ao custo ou custo amortizado. Sempre que existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado;
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

i) Clientes e outras contas a receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

ii) Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

iii) Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Financiamentos obtidos

Os “Empréstimos obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos financeiros” de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de investimentos são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Fundos patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a Imposto sobre o rendimento do período representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.

Rédito

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- i) São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- ii) Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado coma posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- iii) A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- iv) Seja provável que os benefícios económicos associados comas transações fluam para a empresa;
- v) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo como pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Diferimentos ou Outras contas a pagar ou a receber.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetamos ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii) Análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber;
- iii) Provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. Fluxos de caixa

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2,43	67 612,62	67 588,66	26,39
Depósitos à ordem	79 434,74	539 058,35	505 482,78	113 010,31
Outros depósitos bancários				
Total	79 437,17	606 670,97	573 071,44	113 036,70

5. Vendas e prestações de serviços

O valor líquido das vendas e prestação de serviços reparte-se da seguinte forma:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	2 443,60	
Prestação de serviços	122 310,10	124 486,00
Total	124 753,70	124.486,00

6. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração recebidos foram os seguintes:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subsídios à Exploração		
Centro Regional da Segurança Social	200 704,07	212 833,02
Centro de dia	30 843,13	33 816,78
Domiciliação Centro de dia	21 188,94	33 178,32
Centro de convívio	42,40	2 374,32
Apoio Domiciliário	148 629,60	143 463,60
Instituto do Emprego e Formação Profissional	13 955,52	3 356,91
IAPMEI	169,00	0,00
Adaptar Social Mais 2020	192,2	4 553,53
Outras entidades	1 100,00	0,00
Total	216 120,79	220 743,46

7. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O valor registado nesta rubrica -se da seguinte forma:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		574,43	574,43		532,87	532,87
Compras		58 828,33	58 828,33		55 797,27	55 797,27
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		555,28	555,28		574,43	574,43
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		58 847,48	58 847,48		55 755,71	55 755,71

8. Fornecimentos e serviços externos

O valor registado na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” detalha-se da seguinte forma:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	17 525,31	11 715,34
Trabalhos especializados	6 047,11	4 607,58
Vigilância e segurança	239,24	
Honorários	98,40	61,50
Conservação e reparação	11 140,56	7 046,26
Materiais	6 678,23	2 780,84
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 587,98	591,54
Material de escritório	856,15	1 215,36
Artigos para oferta	544,31	212,19
Outros	2 689,79	761,75
Energia e fluidos	19 966,09	18 894,59
Eletricidade	6 061,50	6 524,55
Combustíveis	13 491,68	12 088,78
Água	412,91	281,26
Deslocações, estadas e transportes		2,51
Outros		2,51
Serviços diversos	15 923,27	17 093,91
Comunicação	1 157,18	1 300,33
Seguros	2 190,21	2 308,88
Contencioso e notariado	25,00	25,00
Despesas de representação		29,25
Limpeza, higiene e conforto	12 493,71	13 250,47
Outros serviços	57,17	179,98
Total	60 092,90	50 487,19

9. Gastos com o pessoal

O valor registado na rubrica “Gastos com o pessoal” detalha-se do seguinte modo:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal		
Remunerações do pessoal	162 279,28	159 769,92
Encargos sobre as remunerações	31 856,39	32 037,47
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	2 423,48	2 566,40
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1 455,11	3 243,46
- formação		627,30
- fardamento		1 505,93
Total	198 014,26	197 617,25

10. Outros rendimentos

O valor da rubrica “Outros rendimentos” detalha-se da seguinte forma:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	1 289,88	1 289,88
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,03	0,02
Outros	16 116,89	23 727,55
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,10
Imputação de subsídios para investimento	6 819,79	6 819,79
Donativos	9 298,09	16 693,46
Outros não especificados	0,01	14,20
Total	17 406,80	25 017,45

11. Outros gastos

O valor da rubrica “Outros gastos” detalha-se da seguinte forma:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Outros gastos e perdas		
Correções relativas a exercícios anteriores	353,76	46,28
Donativos	0	5,00
Quotizações	157,50	157,50
Outros não especificados	65,00	0,10
Total	576,26	208,88

12. Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos de depreciação e de amortização detalham-se do seguinte modo:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos de depreciação e amortização		
Ativos Fixos Tangíveis		
Edifícios e Outras Construções	15.358,01	14.917,59
Equipamento de Transporte	4.084,69	4.084,69
Outros ativos fixos tangíveis	221,98	.221,94
Total	19 664,68	19 224,22

13. Juros e gastos similares suportados

O valor dos juros e gastos similares suportados, detalha-se do seguinte modo:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e gastos similares suportados		
Juros de financiamentos suportados	48,19	228,79
<i>Juros de empréstimos bancários</i>	48,19	228,79
Outros juros de financiamentos obtidos	10,93	0,09
Outros gastos e perdas financiamento (fin. obtidos)	120,00	180,00
Total	179,12	408,88

14. Ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2021, a quantia escriturada na rubrica “Ativos fixos tangíveis” tinha a seguinte decomposição:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	53 641,84	677 716,47	116 699,78	78 104,46	23 555,38		29 592,76			979 310,69
Depreciações acumuladas		195 896,15	116 699,78	69 935,08	23 555,38		29 365,79			435 452,18
Saldo no início do período	53 641,84	481 820,32		8 169,38			226,97			543 858,51
Variações do período		(15 358,01)		(4 084,69)			(221,98)			(19 664,68)
Total de aumentos										
Total diminuições		15 358,01		4 084,69			221,98			19 664,68
Depreciações do período		15 358,01		4 084,69			221,98			19 664,68
Saldo no fim do período	53 641,84	466 462,31		4 084,69			4,99			524 193,83
Valor bruto no fim do período	53 641,84	677 716,47	116 699,78	78 104,46	23 555,38		29 592,76			979 310,69
Depreciações acumuladas no fim do período		211 254,16	116 699,78	74 019,77	23 555,38		29 587,77			455 116,86

15. Investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021, a quantia escriturada na rubrica “Investimentos Financeiros” tinha a seguinte decomposição:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Investimentos Financeiros	1.177,45	1.000,27
Participações de capital	500,00	500,00
Fundo Compensação do trabalho	677,45	500,27

16. Outros créditos e ativos não correntes

Não existem outros créditos e ativos não correntes

17. Créditos a receber

Os créditos a receber apresentavam a seguinte estrutura:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Créditos a receber	5.975,97	5.102,14
Clientes e Utentes	4.874,88	4.043,25
Devedores por acréscimo	1.086,69	1.044,49
Outos créditos a receber	14,40	14,40

18. Diferimentos

O saldo da rubrica “Diferimentos” detalha-se do seguinte modo:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Diferimentos	1.635,69	3.246,09
Gastos a reconhecer		
Outros gastos diferidos	1.635,69	3.246,09

19. Caixa e depósitos bancários

Os saldos incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” detalham-se da seguinte forma:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Caixa e depósitos bancários	113.036,70	79.437,17
Caixa	26,39	2,43
Depósitos à ordem	113.010,31	79.434,74

20. Fundos patrimoniais

Os fundos patrimoniais da Entidade apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Fundo	4 658,64	4 658,64
Reservas	362 917,12	316 758,58
Outras reservas	362 917,12	316 758,58
Resultados transitados	44 251,92	44 251,92
Outras variações nos capitais próprios	165 173,74	171 993,53
Subsídios	150 922,14	154 867,73
Outras variações	14 251,600	17 125,80
Resultado líquido do exercício	20 270,34	46 158,54
Total	597 271,76	537 662,67

21. Financiamentos obtidos

O saldo incluído na rubrica “Financiamentos obtidos” detalha-se como se segue:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Financiamentos obtidos	0,00	2 843,38
Empréstimos bancários	0	2 843,38

22. Fornecedores

O saldo incluído na rubrica “Fornecedores” detalha-se como se segue:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Fornecedores	10 649,04	13 227,34

Fornecedores gerais	10 649,04	13 227,34
---------------------	-----------	-----------

23. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro os saldos com estas entidades tinha a seguinte composição:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Estado e outros entes públicos	235,00	1 817,00
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	235,00	1 817,00

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Estado e outros entes públicos	9 140,02	6 812,59
Passivo		
Retenção de impostos sobre o rendimento	1 700,28	895,19
Contribuições para a segurança social	7 439,74	5 917,40

24. Outros passivos correntes

O saldo incluído na rubrica “Outros passivos correntes” detalha-se como se segue:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Outros passivos correntes	29 749,10	28 331,09
Remunerações a pagar	1 318,54	
Credores por acréscimos de gastos	28 375,56	28 326,09
Outros credores	55,00	5,00

25. Acontecimentos após a data do balanço

Não se verificaram acontecimentos, após a data de balanço, com impacto nas demonstrações financeiras.

26. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas para emissão, pela Direção, em 28 de março de 2022.

27. Outras informações

Na presente data a sociedade tem a sua situação regularizada perante a Segurança Social e Estado.

Alqueidão da Serra, 28 de março de 2022

A Direção

Contabilista Certificado